

---

## **06. MARCHA POR DEUS E PELA LIBERDADE EM SERGIPE (1964): CULTURA POLÍTICA, CONSERVADORISMO SOCIAL E MUSEALIZAÇÃO**

Raphael Vladmir Costa Reis<sup>1</sup>

### **Introdução**

O Brasil estava imerso, nos idos da década de 60, numa desordem político-administrativa que implicou no advento duma série de contínuas articulações em nossa ascensão eletiva. Conforme as literaturas que se debruçam sobre as metamorfoses do período em tela, as intervenções estratégicas para a consolidação dos militares no seio da direção executiva do país remetem, sobretudo, ao ano de 1961, quando da renúncia de Jânio Quadros.

Desde então, em meio a um cenário de intensa mobilização política, principalmente após a nomeação de João Goulart para assumir o posto presidencial, registrou-se a realização de algumas manifestações populares e sindicais, cujo uso tácito de suas atribuições operou sob ópticas dicotômicas. Em um espectro, determinados grupos de extrema-esquerda, corporificados pelos movimentos sindicais e membros das forças navais, declararam apoio incondicional a permanência de Jango, sob a alegação de respeitar a idoneidade da Carta Constitucional; noutro, à articulação dos atores da extrema-direita, respaldados por instituições civis, militares e religiosas, assentadas em uma orientação conservadora e reacionária, reivindicavam a deposição do presidente em exercício, sob o pretexto de repelir quaisquer intervenções que fossem responsáveis pela implementação de uma ditadura comunista, uma vez que existia demasiada ojeriza ao cidadão regime, sobretudo após o desfecho positivo para os ortodoxos revolucionários cubanos, artífices da instauração de uma “ditadura vermelha” no país caribenho.

Partindo destes pressupostos, o presente projeto de pesquisa, representado mediante a produção desse manuscrito, consiste em investigar uma manifestação pública atribuída aos

---

<sup>1</sup> Graduando em Museologia pela Universidade Federal de Sergipe. Bolsista do Programa de Iniciação Científica (CNPq/UFS). Integrante do Grupo de Estudos sobre Memória e Patrimônio Sergipano (GEMPS/UFS). Orientadora: Pr. Dr<sup>a</sup>. Janaína Cardoso de Mello (DMS/UFS). [rafa\\_weah@hotmail.com](mailto:rafa_weah@hotmail.com).

atores que constituíram a extrema-direita: a “Marcha por Deus e pela liberdade”. A cidadina represália aos movimentos esquerdistas é proveniente de São Paulo e, em escala gradativa, irrompeu pelas demais regiões do país. Nosso recorte espacial, no entanto, reduzir-se-á Sergipe, o qual foi palco de várias mobilizações nos municípios do interior.

A problematização do presente empreendimento reside, com efeito, nas seguintes indagações: onde e de que modo foram realizadas as manifestações no seio do golpe de 64? Como a Museologia poderá contribuir para disponibilizar uma reflexão crítica desse virulento período da história política local?

Para tanto, a presente produção prescreveu algumas diretrizes visando responder as inquietações e concretizar os resultados preliminares estabelecidos pelo exercício da atividade, dentre os quais destacamos a identificação de percursos, participantes, motivação das marchas pela família em Sergipe e os impactos na cultura política local; elaboração de uma base de dados eletrônica com informações sobre o tema, a partir do material pesquisado em arquivos textuais e fontes documentais; realização de exposições itinerantes onde aconteceram as marchas, musealizando os documentos pesquisados; e, por fim, organização de mesas-redondas nas quais os alunos e a coordenação do projeto possam construir reflexões conjuntas com professores de História e Geografia de escolas públicas sergipanas.

Os procedimentos metodológicos que nortearão o desenvolvimento das atividades subdividiram-se em algumas etapas, com ênfase no levantamento documental nos centros de arquivo do Estado, além da coleta de informações orais, levantamento bibliográfico e discussões teórico-metodológicas.

Destarte, o presente artigo está discernido em duas seções. A primeira, em linhas gerais, versará sobre o contexto da deflagração do golpe militar, interpretando analiticamente a conjuntura política nacional que alude a gestão de Jânio Quadros e estender-se-á deposição de João Goulart. A segunda, por sua vez, narrará os impactos causados pela ascensão dos militares na cultura política de Sergipe, tomando como eixo analítico a realização da Marcha por Deus e pela liberdade.

## **1. Sob os auspícios do “combate a subversão”: o contexto do Golpe Militar de 1964**

Embora a deflagração da contrarrevolução<sup>2</sup> tenha consolidado-se em 1964, os mecanismos que condicionaram às desarticulações estruturais do modelo político vigente datam de 1960-1961. Neste período, em decorrência da aplicação de ações executivas mal-sucedidas, a popularidade de Jânio Quadros foi acometida a um substantivo decréscimo, projetando alguns aspirantes para a sucessão presidencial, conforme previam as prerrogativas da Carta Constitucional de 1946. Tendo em vista a iminente possibilidade de ser pressionado a renunciar através da pressão exercida pela opinião pública, o até então chefe do poder executivo envia o vice-presidente João Goulart para à China comunista, afirmando que o objetivo do compromisso de Jango consistia em empreender intervenções efetivas, visando estreitar as relações comerciais e diplomáticas com Pequim.

Desse modo, segundo atesta Ricardo Souza Mendes (2005), autor do artigo *“Marchando com a família, com Deus e pela liberdade – o '13 de março das direitas”*, Quadros delineou uma estratégia precisa: em primeira instância, visava repelir a nomeação de um vice-presidente após a transgressão dos princípios prefixados no documento constitucional de 46; num segundo momento, por conseguinte, obteria tempo necessário para que os militares da conjuntura ministerial mensurassem as consequências e impactos nocivos caso um suposto sucessor, que carregava consigo tênues relações com organismos sindicais<sup>3</sup>, capitaneasse as rédeas do país. O intento, portanto, era persuadir os ministros militares, grupo constituído por egressos da facção conservadora do exército, a exigirem sua permanência.

Havia, também, segundo as perspectivas de Quadros, uma maciça manifestação de popularidade do eleitorado para com o presidente eleito em 1960, que declararia apoio irrestrito a sua continuidade no poder, caso a renúncia fosse oficializada. Quaisquer possibilidades lastreadas, entretanto, não se materializaram. Mendes afirma, ainda, que “o seu eleitorado permaneceu passivo, atônito pela situação da renúncia de um presidente que havia submetido o povo a uma política econômica antiinflacionária baseada na restrição do crédito, salários congelados e corte de subsídios de importações” (MENDES, 2005; p. 02).

Por conseguinte, a conjuntura ministerial militar executou parcialmente a estratégia elaborada por Quadros, pois rechaçou a ascensão de Jango ao poder. Contudo, não

<sup>2</sup> Para Ibarê Dantas (2014), julgou-se mais apropriado caracterizar a intervenção em curso de contrarrevolução, pois apresentava uma natureza preventiva e neutralizadora das novas correntes políticas que surgiam, além de estabelecer um sentido propositivo para implementar uma nova ordem político-administrativa.

<sup>3</sup> Somando-se ao episódio da viagem à China, as estreitas relações de Jango com os movimentos sindicais acentuavam o temor pela implantação de uma ditadura comunista.

empreendeu os esforços necessários para que Quadros permanecesse à frente da chefia executiva, fato que o levou a renunciar ao cargo em 1961.

Com efeito, instaurou-se uma desordem político-administrativa que transformou a seara eletiva nacional em um antro de conflitos ideológicos. Não obstante a essas circunstâncias adversas, João Goulart assume a presidência aos 07 de setembro de 1961, conduzindo um modelo político “biprocessual”, assentado nas diretrizes do presidencialismo e parlamentarismo, responsável por limitar suas ações à frente da chefia executiva. Os militares, então, empreenderam uma evacuação estratégica, posto que um conflito de forças era inexequível naquele momento, pois existiam cisões no seio das próprias engrenagens ideológicas das Forças Armadas.

Para efeito de análise, a narrativa historiográfica é enfática ao afirmar que o período alusivo aos cidadãos e descritos eventos sinaliza que a controversa renúncia de Jânio Quadros foi responsável pelo advento de estratégias efetivas, tencionando neutralizar a suposta implementação de um regime comunista no Brasil. Foram registrados, portanto, grandes embates entre os grupos de direita, cujos objetivos consistiam, a rigor, em instaurar um projeto político que atendesse aos seus respectivos interesses, dentre os quais destacamos o empresariado em torno do complexo multinacional, militares influenciados pela Doutrina de Segurança Nacional, os autoritários-internacionalistas e nacionalistas-ditatoriais (ROUQUIÉ, 1984).

Conforme o bojo político nacional acentuava suas polarizações, sobretudo no período que remete aos anos de 1963-1964, os referidos grupos estreitaram seus laços ideológicos e aglutinaram articulações para inibir a ação das alas esquerdistas.

Segundo Ibarê Dantas (2014), nas entrelinhas do compêndio intitulado “*A tutela militar em Sergipe (1964-1984)*”, as coalizões de extrema-direita reduziam-se a dois grupos. Para ele:

Pelo menos dois grupos militares estiveram a disputar o poder. Inicialmente, gozava de ascendência intelectual o setor da alta oficialidade vinculado a ESG, qualificada de “soborne” brasileira. De outro lado, situavam-se os oficiais da “linha dura” que tinham na são uma das principais agências de suas inquietações (DANTAS, 2014, p.22).

Vale salientar, também, a caracterização, bem como o viés ideológico das facções descritas por Dantas. A vertente alcunhada de “sorbonista” estendia-se entre alguns atores da sociedade civil, sobretudo aqueles que participavam do Instituto Político de Estudos Superiores (IPES), entidade que concentrava uma fração da oficialidade das Forças Armadas

-----  
e membros da elite empresarial brasileira. A coalizão entre as duas instâncias, oficializada diante da ameaça esquerdista, consistia, dentre outros aspectos, em promover estratégias de ação objetivando “transformar o modelo populista numa forma de Estado mais permeável aos interesses do grande internacional e mais fechada as reivindicações de populares” (BRANCO, 1984; Apud DANTAS, 2014). Em contrapartida, a Doutrina de Segurança Nacional desenvolvida pela ESG, sob influência das correntes ideológicas estadunidenses, constituiu diretrizes que lastrearam os princípios basilares do Estado autoritário que estava restes a emergir.

Os meses que precederam a deflagração da contrarrevolução, pois, foram eivados de 3 focos analíticos que dinamizaram as estruturas do modelo político em curso, dentre os quais destacamos a rebelião dos marinheiros, o comício da Central do Brasil, bem como a assembléia realizada no Automóvel Clube do Brasil. A nossa ênfase investigativa, no entanto, não consiste em descrever o viés operacional desses eventos que polarizaram a ascensão política nacional, mas, dentre outras perspectivas, propusemo-nos a investigar os impactos causados por essas manifestações nas alas de extrema-direita.

A 13 de março de 1964, portanto, Jango gerenciou um grande comício, no qual tornou pública suas proposições para a implementação de uma reforma política. Na ocasião, o cidadão dirigente contou com a participação de inúmeros movimentos sociais coniventes à aplicação de suas práticas reformistas, pois havia uma atenuante consonância ideológica recíproca desde os primeiros anos em que Jango exerceu o cargo de chefe do executivo.

Estas ações, por sua vez, não atendiam aos interesses das elites empresariais, grandes proprietários e, sobretudo, da classe média. Não obstante as divergências ideológicas causadas pela defesa das intervenções reformistas explanadas por Jango, membros das Forças Armadas, assentados no apoio logístico concedido pelos EUA, articularam-se com o objetivo de destituí-lo da presidência.

A 05 de abril de 1964, um dia após a deposição de Jango, o periódico intitulado *Folha Trabalhista* veiculou a informação em sua primeira página, afirmando:

Movimento irrompido em Minas Gerais contra o Governo Federal, na madrugada do dia 31, culminou com a deposição do presidente João Goulart – Presidente da Câmara Federal, deputado Ranieri Mazzili, na presidência da República (Folha Trabalhista, 05/04/1964).

Em Minas Gerais, unidade federativa na qual a ofensiva militar eclodiu, as tropas de Juiz de Fora, sob a liderança do general Olympio Filho, organizaram-se e marcharam para o Rio de Janeiro, consolidando a destituição de Jango.

No âmbito das mobilizações que articulavam a atmosfera política do país diante de um cenário atípico, sobretudo o conjunto de manifestações capitaneadas pela esquerda, as ações de alguns segmentos civis, cuja orientação ideológica vinculava-se a direita reacionária, voltaram-se para a organização de maciças mobilizações intituladas “Marchas por Deus e pela liberdade” algumas semanas antes, antecipando a deflagração do golpe de 31 de março e transformando o ato público em desfile de triunfo (MORAES, 1997; *apud* CORDATO, OLIVEIRA, 2004). A cidadina manifestação pública, em linhas gerais, tornou-se um estratégico instrumento de radicalização ideológica contra os grupos considerados “subversivos” e deliberou, em face da articulação dessas alas, apoio irrestrito a implementação de um regime liberal-conservador, cujos artífices eram os militares.

A 19 de março, em São Paulo, as Marchas consistiram em atos públicos gerenciados por segmentos católicos da classe média urbana, lastreados por políticos conservadores, pela elite empresarial, além dos movimentos femininos. Esta articulação político-ideológica, então, irrompeu em várias regiões do país e transitou por alguns municípios de Sergipe, nosso recorte espacial analítico.

## **2. Entre terços e quepes: os impactos do Golpe Militar em Sergipe e a Marcha por Deus e pela Liberdade**

Horas após a deposição de Jango, aos 31 de março de 1964, informes inócuos foram veiculados nos diversos recônditos da capital sergipana, constituindo um cenário de intensas inquietações. Grupos cuja orientação ideológica alinhava-se com os movimentos de esquerda, em riste, empreendiam irrelevantes esforços para resistir a uma transição político-administrativa; os atores que aglutinavam as alas de direitas, por sua vez, materializadas pela conjuntura conservadora e reacionária de Sergipe, encontravam-se em polvorosa pela iminente intervenção militar.

No dia seguinte, uma grande fração dos estabelecimentos comerciais permaneceu fechada e inúmeros civis dirigiram-se à Praça Fausto Cardoso. Diante da efusiva mobilização, o deputado Euvaldo Diniz, correligionário da UDN, proferiu um prolixo discurso de repúdio às ações perpetradas contra o regime populista, mas, imediatamente, foi detido e permaneceu sob custódia dos militares. Não obstante a ampla escala de detenções em meio a uma atmosfera política virulenta, estava clarividente para a população que o país,

mediante as últimas intercorrências na ascense executiva, perpassava por um período no qual o ímpeto da coerção militar, no âmbito do exercício da dominação, sobrepunha-se ao civil.

Ao retornar de viagem, João Seixas Dória, até então governador de Sergipe, tendo em vista o triunfo do movimento militar, pronunciou-se ao povo sergipano numa frustrada tentativa de reafirmar sua convivência às reformas estruturais. A ação de Dória, então, transgrediu as orientações prefixadas pelo aparato burocrático-militar, que dirigiu-se ao centro do poder executivo governamental e deteve o governador. O periódico *A Semana*, nas entrelinhas de sua segunda página, descreveu o desenrolar do fato episódico. Conforme o semanário:

Na noite de quarta-feira da semana passada, forças do 28º B/C, em Aracaju, efetuaram a prisão de Seixas, investindo no governo o vice Celso Carvalho. O Sr. Seixas Dória foi conduzido para Salvador, onde permanece preso e incomunicável no quartel do 19º B/C ( *A Semana*, 11/04/1964).

A deposição do governador se deu, de acordo com um comunicado oficial dos militares, porque Dória exerceu uma atividade que suscitou o desenvolvimento de práticas como “instrumento de forças extremistas atentando contra a segurança e tranqüilidade do país e do Estado”. Para além da substituição do governador, Dantas conclui:

Além de substituírem o governador, cassarem deputados e interferirem no judiciário, os militares desenvolveram também a operação definida como combate à subversão e corrupção pelo interior. Os prefeitos, identificados com a política das reformas de base e/ou acusados de corrupção, foram presos, enquanto as respectivas câmaras municipais eram pressionadas a formalizar deposições (DANTAS, 2014, p. 34).

Nessa perspectiva, o vice-governador, Celso Carvalho, assumiu o posto de chefe do poder executivo estadual após a promulgação da Resolução nº 4, prerrogativa que garantia a legitimidade de sua administração sob a coercitiva supervisão do novo modelo político em exercício.

Concomitante as sanções que dinamizavam o seio da arena eletiva no âmbito estadual, registrou-se, a 02 de abril de 1964, dentre tantas outras intercorrências, a intensificação das prisões de subversivos civis. Entre os alvos das diligências, que coordenavam suas operações desprovidas de quaisquer ordens judiciais, estavam estudantes, professores, lideranças sindicais, operários, jornalistas e trabalhadores rurais.

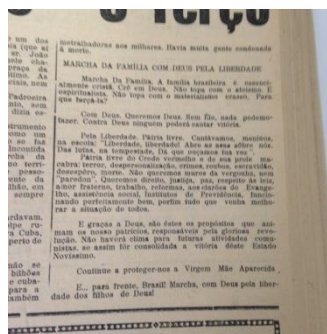
Após uma comedida descrição inerente aos impactos sofridos pelos segmentos políticos e civis de Sergipe quando do golpe de 64, faz-se necessária uma breve análise sobre o posicionamento da conjuntura eclesiástica sergipana no decorrer do período investigado.

O episcopado sergipano, que exercia forte influência sobre o processo de politização da igreja, encontrava-se dividido em espectros ideológicos divergentes, assim como a

sociedade civil. Existia, então, um grupo hierárquico ligado ao bispo D. Luciano Cabral Duarte, simpatizante e colaboracionista do regime autoritário que estava em vias de consolidação. Vale salientar que, além de Duarte, a coalizão incluía D. José Brandão de Castro, bispo de Propriá; o outro, por fim, manteve-se instruído sob a influência do bispo D. José Vicente Távora, eclesiástico progressista que estava engajado no combate a repressão exercida pelos militares. O cidadão arcebispo, idealizador de alguns projetos sociais, canalizou suas atenções para o campesinato local, expandiu o número de paróquias e implantou em cada uma delas a política de Ação Católica para promover o desenvolvimento das comunidades (MORATO, 2005).

Contudo, ao tornar pública sua orientação político-ideológica, D. Távora foi ameaçado de prisão e esteve confinado no Palácio Episcopal durante inúmeros dias, conforme atesta Dantas (2014). Segundo o autor, ainda, o arcebispo “escapou de maiores hostilidades por interferência do general Juarez Távora, seu parente” (FALCÃO, 1993; DANTAS, 2014). Em linhas gerais, os sindicatos foram constantemente submetidos a um processo de investigação, a imprensa, por sua vez, foi controlada e a igreja católica dividida em duas facções.

Na contramão dos políticos, civis e eclesiásticos perseguidos por serem considerados subversivos, existiram membros desses mesmos segmentos que se opuseram a proposições reformistas e declararam publicamente seu apoio irrestrito a contrarrevolução. Dentre todas as manifestações públicas de autoria desses grupos, destacamos a “Marcha por Deus e pela liberdade”, que, como já foi descrita anteriormente, consistiu num ato organizado e realizado por alas de reacionárias de extrema-direita, constituídas por dirigentes políticos conservadores, membros da classe média e grupos eclesiásticos simpatizantes, com o intento de reafirmar conviência a postura dos militares numa intervenção preventiva para assegurar os princípios democráticos do país, em meio à ameaça de uma ditadura comunista.



**Fonte:** imagem extraída dos periódicos impressos na B. Pública Epifânio Dória. A Defesa, 29/03/1964.



Ao iniciarmos as investigações sobre a realização da Marcha em Sergipe para a inserção dos resultados preliminares neste manuscrito, descobrimos que a manifestação foi realizada, inicialmente, no município de Propriá, aos 29/03/1964, isto é, dois dias antes da deflagração do golpe militar. Diante destas circunstâncias, a data de veiculação do periódico analisado, que era órgão oficial da Diocese de Propriá, vem a corroborar com as afirmações de Mendes (2005), quando o autor afirmou que o ato público transformou-se, mesmo antes do dia 31 de março, num desfile de triunfo, pois havia uma ampla adesão de populares. Não foi possível, entretanto, identificar os participantes e o percurso adotado pelos civis, eclesiásticos e políticos que se fizeram presentes na ocasião, pois o conteúdo informacional do jornal foi reduzido aos parágrafos discriminados na imagem.

Ademais, seguindo a ordem cronológica dos acontecimentos, identificamos que o periódico *Gazeta de Sergipe*, um dos poucos veículos de imprensa que encontrava-se operante em Aracaju no curso da contrarrevolução, noticiou informações sobre a realização da Marcha em Aracaju.



**Fonte:** Imagens extraídas de um periódico impresso do APES. *Gazeta de Sergipe*, 13/04/1964 e 28/04/1964.

Em 13 de abril de 1964, autoridades religiosas, civis, políticas e eclesiásticas capitanearam a realização da Marcha em Aracaju. Na oportunidade, os populares reuniram-se em frente a Assembléia Legislativa e seguiram, conforme a reportagem, para a rua Pacatuba, Avenida Barão de Maruim e rua Santa Luzia, aglutinando-se no Parque Teófilo Dantas. Foi celebrada, por conseguinte, uma missa em Ação de Graças para comemorar o triunfo da revolução.

A segunda Marcha da Família na capital ocorreu a 28/04/1964. Segundo as informações do próprio periódico, todas as instituições aracajuanas de ensino participaram da manifestação, além das delegações de alguns municípios do interior, cujos nomes não foram mencionados. Após o desfile, uma missa foi realizada na Praça Olímpio Campos, nas

imediações da catedral, onde um expressivo número de fiéis rezou pela “libertação do Brasil.”.



Fonte: imagem extraídas de um periódico impresso do APES. Gazeta de Sergipe, 03/05/1964.

Após a ampla adesão do ato de solidariedade ao golpe militar na capital, a Marcha chegou aos municípios de Barra dos Coqueiros e Laranjeiras. Na tarde do dia 13/05/1964, populares da Ilha de Santa Luzia (Barra dos Coqueiros) prepararam uma homenagem especial às Forças Armadas durante a realização da Marcha, que estava programada para ser realizada por volta das dezesseis horas do citadino dia. Em Laranjeiras, conforme atesta o conteúdo informativo do jornal *Gazeta de Sergipe*, a manifestação iniciaria às dezenove horas do mesmo dia, contando com a participação de diversas autoridades religiosas, civis e políticas, inclusive do governador recém-nomeado.



Fonte: imagens extraídas de um periódico impresso do APES. Gazeta de Sergipe, 17/05/1964.

Em Aquidabã, município localizado a 120 quilômetros de Aracaju, a Marcha ocorreu aos 17/05/1964. As informações disponíveis, no entanto, aludem somente a participação do governador Celso Carvalho. Tendo em vista as limitações presentes nos artigos dos periódicos, buscar-se-á, durante as próximas oportunidades, entrevistar os participantes das

Marchas que residem nessas localidades para o preenchimento dessas lacunas que assolam a historiografia sergipana.

### **Considerações finais**

Embora embrionário, o projeto em tela já apresentou frutíferos resultados preliminares no transcorrer dos processos de pesquisa, sobretudo no que concerne a constituição de um banco de dados. Nesse ínterim, descobrimos que a Marcha com Deus e pela liberdade transcendeu os limites da capital e angariou ampla adesão nos municípios do interior, com ênfase, nas entrelinhas do presente artigo, em algumas localidades, dentre as quais destacamos Propriá, Laranjeiras, Barra dos Coqueiros, Laranjeiras, além da nossa capital.

Para as próximas etapas deste empreendimento, espera-se cumprir as demais diretrizes que fundamentam o exercício proposto pela atividade, promovendo a realização de mesas-redondas com alunos e professores das escolas públicas sergipanas e socializar o quantitativo de informações armazenadas ao longo do processo para além dos muros da universidade mediante a montagem de exposições.

### **Referências**

ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CURY, Marília Xavier. Exposição: concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2005. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 24, no.47, 2004.

CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 24, no. 47, 2004.

DANTAS, Ibarê. **A Tutela Militar em Sergipe**. São Cristóvão-SE: EDUFS, 2014.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

**Anais do I Seminário Nacional de Sociologia da UFS**

27 a 29 de abril de 2016

Programa de Pós Graduação em Sociologia – PPGS

Universidade Federal de Sergipe – UFS

ISSN:

---

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. Marchando com a família, com Deus e pela liberdade: o "13 de Março" das direitas. **Varia hist.** [online]. 2005, vol.21, n.33, pp. 234-249.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.